

HABEAS CORPUS Nº 493.796 - SP (2019/0045587-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VANESSA PIZARRO RIGUETE CORREA PORTO -
SP327795
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICARDO SANTOS FERRAZ (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, impetrado em favor de RICARDO SANTOS FERRAZ, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado por incursão ao art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 às penas de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicial aberto, além do pagamento de 166 dias-multa, substituída a sanção corporal por medidas restritivas de direitos.

Interposta apelação pelo Ministério Público, foi o recurso provido para afastar o redutor do tráfico, elevar as penas à 5 anos de reclusão e 500 dias-multa, bem como para fixar o regime inicial fechado, afastando-se a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Neste *writ*, pretende a impetrante, inclusive liminarmente, o restabelecimento da sentença, com o reconhecimento da minorante do tráfico, o consequente abrandamento do regime prisional e a substituição das penas. Subsidiariamente, pleiteia pelo abrandamento do regime prisional, ainda que mantido o *quantum* da sanção.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão trazida, de aplicação da minorante do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, com a consequente adequação do regime prisional e análise da possibilidade de substituição da pena privativa por restritivas de direitos, é de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

